

Horizontes das **Ciências Sociais Rurais 2**

**Leonardo Tullio
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-131-2

DOI 10.22533/at.ed.312191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste segundo volume, apresentamos 19 trabalhos que discutem sobre a percepção, processos e estratégias de estudos direcionados a compreender as pessoas em relação ao produto desenvolvido. São artigos recentes que demonstram pontos a serem observados sobre o empreendimento para o seu sucesso.

Conhecer a percepção dos produtos por parte do consumidor é uma estratégia fundamental no agronegócio. Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, aplicando conhecimento das ciências sociais é a proposta destes trabalhos.

Espero que a leitura desses artigos contribua para o seu conhecimento.

Aproveite ao máximo as reflexões e os resultados deste volume.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SEGURANÇA DOS ALIMENTOS E MARCAS DE CERTIFICAÇÃO: CONTRIBUTOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE DO RIO GRANDE DO SUL	
<i>Kelly Lissandra Bruch</i> <i>Adriana Carvalho Pinto Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918021	
CAPÍTULO 2	23
OS FATORES DE INFLUENCIA NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DA FEIRA LIVRE DE SANTA ROSA/RS	
<i>Carlos Thomé</i> <i>Dionéia Dalcin</i> <i>Lidiane Kasper</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918022	
CAPÍTULO 3	43
PERCEPÇÕES DO CONSUMIDOR SOBRE O SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SIPAF): O CASO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM ASSIS/SP	
<i>Mara Elena Bereta de Godoi Pereira</i> <i>Silvia Cristina Vieira Gomes</i> <i>Liliane Ubeda Morandi Rotoli</i> <i>Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani</i> <i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918023	
CAPÍTULO 4	59
FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE CELULOSE E PAPEL E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO	
<i>Paulo Henrique de Lima Siqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918024	
CAPÍTULO 5	75
APRENDIZ DO CAMPO: ESTIMULANDO A SUCESSÃO RURAL ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA - RS	
<i>Mirian Fabiane Strate</i> <i>Maitê Luize Schumann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918025	
CAPÍTULO 6	88
APL DE FLORES DA SERRA DA IBIAPABA NO CEARÁ: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, PROCESSOS DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO	
<i>Luis André Aragão Frota</i> <i>Elda Fontinele Tahim</i> <i>Sefisa Quixadá Bezerra</i> <i>Anne Graça de Sousa Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918026	

CAPÍTULO 7 104

MARCA: ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES NO SEGMENTO DE REDES DE CAFETERIAS

Jaqueline Carolino
Patrícia Pereira Peralta
Sergio Medeiros Paulino de Carvalho
Vera Lucia de Souza Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.3121918027

CAPÍTULO 8 119

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ARTIGOS DE PESQUISADORES DA REDESIST

José Maria Cardoso Sacramento
Glauco Schultz

DOI 10.22533/at.ed.3121918028

CAPÍTULO 9 136

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS: UMA ALTERNATIVA À PRODUÇÃO DE FUMO?

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.3121918029

CAPÍTULO 10 151

BIOCOMBUSTÍVEIS COMO UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL À PRODUÇÃO DE FUMO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PROTOCOLADOS PELA AFUBRA

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.31219180210

CAPÍTULO 11 165

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: AVANÇOS E DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E MATO GROSSO

José Roberto Rambo
Raphael Fernando Diniz
Antonio Nivaldo Hespanhol
Antonio Lázaro Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.31219180211

CAPÍTULO 12 183

PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NO SETOR SUCROENERGÉTICO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO PROTOCOLO AGROAMBIENTAL

Edenis Cesar de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.31219180212

CAPÍTULO 13 201

PRODUÇÃO DE SOJA NO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE A TEORIA DA LOCALIZAÇÃO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari

DOI 10.22533/at.ed.31219180213

CAPÍTULO 14 217

COMPRA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: A ENTREGA DE CESTAS COMO PRÁTICA DE MERCADO DE CIRCUITO CURTO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari
Tatiana Aparecida Balem
Ethyene de Oliveira Alves
Walesca Piovesan Winch
Guilherme dos Santos Schmelig

DOI 10.22533/at.ed.31219180214

CAPÍTULO 15 238

VANTAGENS COMPARATIVAS PRODUTIVAS E COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

Luiza Maria Marinho
Adonias Vidal de Medeiros Júnior
Meire Eugênia Duarte
Gerlânia Maria Rocha Sousa
Fábio Lúcio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31219180215

CAPÍTULO 16 254

ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM ESTABELECIMENTOS RURAIS EM JOAÍMA, MG: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Múcio Tosta Gonçalves
Laila Ferreira dos Santos Araújo

DOI 10.22533/at.ed.31219180216

CAPÍTULO 17 270

TERRITÓRIOS POTIGUARES INDUZIDOS PELAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Clesio Marcelino de Jesus
Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31219180217

CAPÍTULO 18 289

ARROZ DO LITORAL NORTE GAÚCHO: A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA

José Marcos Froehlich
Nathalia Lima Pinto
Jeniffer Hübner

DOI 10.22533/at.ed.31219180218

CAPÍTULO 19 306

BOVINOCULTURA DE CORTE BRASILEIRA SEM O USO DE ANTIBIÓTICOS: CONSEQUÊNCIAS E ALTERNATIVAS

Cleverson Percio
Daniel Augusto Barreta
Edpool Rocha Silva
Claiton André Zotti

DOI 10.22533/at.ed.31219180219

SOBRE O ORGANIZADOR..... 322

COMPRA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: A ENTREGA DE CESTAS COMO PRÁTICA DE MERCADO DE CIRCUITO CURTO

Tatiana Aparecida Balem

Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de
Castilhos

Júlio de Castilhos- Rio Grande do Sul

Ethyene de Oliveira Alves

Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de
Castilhos

Júlio de Castilhos- Rio Grande do Sul

Walesca Piovesan Winch

Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de
Castilhos

Júlio de Castilhos- Rio Grande do Sul

Guilherme dos Santos Schmelig

Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de
Castilhos

Júlio de Castilhos- Rio Grande do Sul

RESUMO: A alimentação na atualidade tem ocupado um espaço reflexivo cada vez maior. Um número expressivo de consumidores tem buscado por alimentos mais saudáveis e produzidos localmente. Pensando nisso, o presente trabalho tem por objetivo abordar as percepções dos consumidores e a construção do agricultor em torno da estratégia de mercado de circuito curto de venda de produtos orgânicos através da entrega de cestas a domicílio. A pesquisa foi realizada a partir do conhecimento, visita a uma propriedade e entrevista da família

em processo de implementação de produção agroecológica, localizada na cidade de Santa Maria – RS. Também foram entrevistados 11 consumidores e um extensionista envolvido com o processo. Percebemos que a entrega de produtos orgânicos em cestas pode ser avaliada através de algumas questões centrais: 1- atinge um grupo de consumidores conscientes e que buscam alimentos de maior qualidade, mas preferem a comodidade de receber em casa os produtos; 2- a relação entre agricultor e consumidores é baseada na confiança e na troca de saberes; 3 - os consumidores tendem a preferir a escolha de produtos à compra às cegas; 4- seria importante os consumidores acessarem espaços de diálogo sobre alimentação, produção orgânica e agricultura familiar, pois percebe-se que muitos tem dificuldade de compreender a dinâmica da propriedade e da família, e tendem a querer um atendimento parecido com o encontrado em mercados, principalmente no que tange aos tipos de produtos; 5- esse é um mercado com potencial de expansão.

PALAVRAS-CHAVE: produtos orgânicos, circuito curto, consumidor consciente.

ABSTRACT: The feeding today occupies an ever-increasing reflective space. More and more consumers have been looking for healthy foods, locally produced foods. With this in mind, this

work aims to address consumer perceptions and the construction of the farmer around the short circuit market strategy of selling organic products through the delivery of baskets at home. The research was carried out from the knowledge, visit to a property and interview of the family in process of implementation of agroecological production, located in the city of Santa Maria - RS. Also interviewed were 11 consumers and an extension worker involved with the process. We realize that the delivery of organic products in baskets can be evaluated through some central questions: 1- reaches a group of conscious consumers who are looking for food of higher quality, but prefer the convenience of receiving products at home; 2- The relationship between farmer and consumers is based on trust and the exchange of knowledge; 3 - consumers tend to prefer the choice of products to blind purchase; 4 - it would be important that consumers to access spaces for dialogue on food, organic production and family farming, since it is perceived that many have difficulty understanding the dynamics of property and family, and tend to want a service similar to that found in markets, Especially with regard to the types of products; 5- This is a market with potential for expansion.

KEYWORDS: Organic products, short circuit, conscious consumer.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente no mercado o olhar do consumidor torna-se cada vez mais crítico em relação aos produtos que consome. Dando ênfase aos produtos alimentícios é possível notar certa preocupação da população atual, em optar por alimentos mais saudáveis e sustentáveis que não prejudicam o meio ambiente, ressurgem então, como uma alternativa os alimentos provenientes da agricultura orgânica. Que nada mais é, segundo Ormond et al (2002), uma retomada do uso de antigas práticas agrícolas, porém adaptando-as às mais modernas tecnologias de produção agropecuária, com o objetivo de aumentar a produtividade e causar o mínimo de interferência nos ecossistemas, sendo também uma das alternativas para viabilizar a pequena propriedade.

De fato a agricultura orgânica pareceu sempre existir, pois desde os primórdios das civilizações, o cultivo das plantas era através do conhecimento empírico, basta lembrar os povos indígenas que utilizavam o que a natureza lhes oferecia, viviam em harmonia com o meio e passavam de geração a geração as suas técnicas de cultivo sem o uso de produtos químicos. Práticas ancestrais, como o uso de plantas recuperadoras de solo e para adubação verde, adubação orgânica e composta biológicos líquidos (MAZOYER e ROUDART, 2010), são hoje utilizadas largamente na agricultura orgânica. A tese de que a população mundial crescia e que a escassez de alimentos e a oferta inelástica da agricultura no período pós-guerra justificaram o processo de modernização da agricultura. Para Delgado (2001) a modernização conservadora brasileira desenvolveu-se com base na forte concentração agrária, visto

que essa estrutura atendia as funções da agricultura no desenvolvimento econômico, segundo a tese norte-americana do processo de modernização: “liberação de mão-de-obra, a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; criação de mercado para os produtos da indústria; expansão das exportações; financiamento de parte da capitalização da economia” (p. 161).

O modelo da modernização da agricultura vem então dominar o ideário da produção agrícola e ainda atua na maior parte da produção de alimentos no mundo, o que chamamos de sistema de agricultura convencional. Entretanto, esse modelo de produção que consiste na exploração irrestrita do solo e dos recursos naturais para obter maior produtividade e rendimento econômico, não leva em conta na maioria das vezes, que a utilização constante de insumos externos e o manejo artificializador dos agroecossistemas podem implicar em problemas irreversíveis aos ecossistemas locais e a na saúde dos consumidores.

Segundo Bianchini e Medaets (2013) o final da Segunda Guerra Mundial e o advento da Era Nuclear, fez com que os temas ambientais e sociais se internacionalizassem a partir de uma reflexão da sociedade sobre a depredação desmedida da natureza pelos avanços da agricultura, da indústria e do consumo crescente de alguns recursos naturais não renováveis. Além de demonstrar maior preocupação com o meio ambiente, a população mundial também passou a buscar por alimentos mais saudáveis com a ausência de produtos químicos, dando espaço para a produção agroecológica, sistema que além de envolver a produção sustentável respeitando os ecossistemas, também tem maior ênfase a saúde do consumidor.

Autores como (FRIEDMANN, 1993; GOODMAN, 2003; WISKERKE, 2009; McMICHEL, 2009; MORGAN, 2010) afirmam que o Regime alimentar construído pelo processo homogeneizante e aniquilador de culturas alimentares operado pela modernização da agricultura e pela indústria alimentícia, vem sendo questionado por uma nova consciência de alimentação. Essa nova consciência de alimentação, de reconstrução dos sistemas de produção e principalmente de busca de estratégias de realocação do regime agroalimentar e de construção de estratégias de mercado mais justas e mais sustentáveis vem sendo chamada de Narrativa Alternativa dos Alimentos (BALEM, 2015) ou de Redes Alternativas de Produção de Alimentos (GOODMAN, 2003) ou ainda de Nova Equação Alimentar (MORGAN e SONINO, 2010). Narrativa Alternativa dos Alimentos vem a propor um sistema agroalimentar que se opõem às características do sistema industrial de alimentos, tais como: homogeneização de produtos; diminuição da diversidade de alimentos consumidos; comida global, ou seja, eliminação da sazonalidade e do consumo de produtos locais; alimentos altamente processados e artificializados; produtos com alta vida de prateleira e com embalagens diversas.

De acordo com os pressupostos da construção da Narrativa Alternativa dos Alimentos o contraponto seria: a valorização e fortalecimento da agricultura de pequena escala; o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis orgânicos e/

ou agroecológicos; a construção social de mercados locais com inclusão da agricultura de pequena escala; mercados locais e regionais híbridos, para aquelas regiões onde a agricultura de pequena escala não consegue atender a demanda, assim agricultores de outras regiões se inseririam; a conscientização de novas gerações de consumidores, mais conscientes e mais demandantes dos produtos desse modelo de agricultura.

Identificamos em Santa Maria-RS, agricultores orgânicos e agroecológicos que comercializam em circuitos curtos e utilizam mais de uma estratégia de comercialização. O presente trabalho tem por objetivo discutir as percepções dos consumidores e a construção do agricultor em torno da estratégia de mercado de circuito curto de venda de produtos orgânicos através da entrega de cestas a domicílio. Uma forma de comercialização relativamente nova na cidade, mas derivada de uma das mais antigas formas de comercialização da agricultura familiar, o ato de quitanda.

2 | CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada através de entrevistas qualitativas, as quais foram direcionadas a uma família produtora de alimentos orgânicos e a um grupo de consumidores dos produtos produzidos pela família, ambos residentes na cidade de Santa Maria. Também foi entrevistado um extensionista que acompanha o processo.

A propriedade da família produtora de alimentos orgânicos está localizada na comunidade de três Barras, no município de Santa Maria. Santa Maria possui uma população de 261.031 habitantes e 1.781.757 quilômetros quadrados de área (IBGE, 2010) e está localizada no Centro Geográfico do Rio Grande do Sul. Santa Maria é hoje, o principal pólo da região central do estado.

O processo de análise dos dados foi realizado de acordo com as premissas de um estudo explicativo, que tem por objetivo uma imersão na realidade, um conhecimento em profundidade para explicar os fatores que determinam os fenômenos (GIL, 2008).

3 | CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DA FAMÍLIA DE AGRICULTORES ORGÂNICOS

A propriedade possui 13 hectares, estes distribuídos com a produção orgânica. Pelo estágio em que se encontra o manejo dos agroecossistemas da propriedade é possível afirmar que a mesma encontra-se em transição agroecológica. De acordo com COSTABEBER (1999, p. 107),

a transição agroecológica pode ser definida como o processo gradual de câmbio através do tempo, nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção 'convencional' (...) a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica.

TRUJILLO (2003) salienta que o processo de reconversão da agricultura deve ser gradual, porque a transição de uma agricultura moderna e convencional para uma ecológica exige um processo lento do ponto de vista técnico. A propriedade encontra-se em uma região privilegiada do ponto de vista ecossistêmico, ou seja, localizada no rebordo da serra. E como tem muitas áreas protegidas por mata nativa no entorno e não há lavouras convencionais próximas, o processo de reconversão está sendo mais rápido. As imagens presentes na Figura 1 demonstram as características ecossistêmicas da propriedade.



Figura 1: Imagens representativas das características ecossistêmicas da propriedade em transição agroecológica.

Na propriedade trabalham o casal em tempo integral, a filha e um dos filhos, de forma esporádica, visto que possuem outras ocupações. Como a demanda de trabalho é maior que a disponível atualmente é necessário à contratação de mão de obra externa na frequência de um ou dois dias por semana. A família é sócia de uma cooperativa a COOPERCEDRO (Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria), que é uma cooperativa formada exclusivamente por agricultores familiares, sediada em Santa Maria. Um dos principais mercados da COOPERCEDRO são os mercados institucionais. Em termos de mercado dos produtos produzidos pela família a cooperativa absorve em torno de 90% da produção e 10% são destinadas à comercialização de sacolas entregues diretamente aos consumidores.

A família desenvolve sistemas de produção orgânicos desde 2001, no entanto tiveram que mudar a sede da propriedade e no atual local está há quatro anos. Esse fator trouxe uma série de transtornos para a família, inclusive a necessidade de implantação das áreas novas de pomares e de produção de hortaliças. Outro fator limitante é a deficiência de água para irrigação na propriedade, segundo o agricultor esse é o principal problema relacionado à produção. Toda a água disponível vem de fontes internas na propriedade, açude e olho d'água, que no verão são insuficientes para a irrigação das plantações. As fontes de água existentes não possuem risco de contaminação, já que toda a propriedade é manejada com vistas à produção orgânica e as áreas de preservação permanentes (APP's) são preservadas.

Uma das formas utilizadas para minimizar a deficiência de água para irrigação é

o manejo do solo sempre priorizando a cobertura vegetal. O agricultor afirma:

Nós não podemos deixar o solo sem cobertura nunca, precisamos manter a umidade com a cobertura porque falta água. Por isso, em tempos de maior demanda de mão de obra, quando precisamos abrir novas áreas de cultivo, nem sempre conseguimos fazer sem o uso do secante. Quando temos tempo, usamos aração e depois usamos cobertura com capim elefante ou outro capim da propriedade, mas daí precisa preparar o solo, cortar o capim de outra área e colocar, dá um trabalho.

Como está há pouco tempo nesse local, ainda se estabelecendo, e devido à falta de mão de obra e à necessidade de manejar as áreas com cobertura vegetal, em lugares que se encontram em transição, ainda há uso do produto químico para dessecação. Importante salientar que esse uso é pontual e na maioria das vezes utilizado apenas na abertura de novas áreas de cultivo, ou seja, implantação de pomar e de áreas de horta. O manejo das plantas espontâneas nos pomares, depois de implantados, é realizado apenas com roçadas. A Figura 2 demonstra o manejo com aração e depois deposição de cobertura morta.



Figura 2: Manejo do solo com revolvimento mecânico da cobertura e posterior acréscimo de cobertura morta retirada de outra área.

Para promover a biodiversidade da propriedade a família utiliza diversas técnicas tais como: cultivos consorciados, rotação de culturas, recuperação e enriquecimento e APPs, manejo de mato e alternância de capinas, ausência de fogo, adubação verde, adubos orgânicos, diversificação da produção, sistemas agroflorestais (SAFs), quebra-ventos, cobertura do solo e cultivos em faixas. As práticas utilizadas no manejo da propriedade colaboram com o que Altieri (2002) afirma ser necessário para o manejo de sistemas agrícolas sustentáveis. Para Altieri (2002) os agroecossistemas sustentáveis devem ser manejados de modo a manter a produtividade e a sustentabilidade ecológica no longo prazo, assim o manejo deve visar: manter a cobertura vegetal no solo para evitar erosão e perdas do sistema, como água e nutrientes; garantir o suprimento de matéria orgânica necessário para a vida no solo; promover mecanismos eficazes de reciclagem de nutrientes, tais como sistemas agroflorestais, uso de plantas recuperadoras, rotações de culturas, sistemas mistos de produção, consorciamento e plantas, integração de produção animal e produção vegetal; controle de pragas e doenças pelo equilíbrio do ecossistema.

Os SAFs podem ser definidos como:

Sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, e forrageiras, em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com diversidade de espécies nativas e interações entre estes componentes. (Brasil, 2011).

Segundo Steenbock et al (2013) os SAFs por imitar a dinâmica de sucessão ecológica de restauração natural de uma floresta nativa são mais equilibrados ecologicamente, mais resilientes e promovem uma maior ciclagem de nutrientes, além disso visam potencializar os processos de acumulação de biomassa. Com isso têm-se sistemas altamente produtivos e altamente eficientes em funções ambientais. A proteção física da floresta integrada à produção agrícola também é um fator a ser destacado, pois no caso das bananeiras, na propriedade estudada, essa proteção garante que a cultura não sofra danos ocasionados pela geada no inverno. Assim a família dispõe para comercialização um fruto de clima tropical cultivado em uma região temperada com fortes incidências de geadas.

Pode-se observar que a propriedade é estruturada e aborda as questões de manejo de agroecossistemas necessárias para a produção orgânica. Os canteiros são distribuídos de forma intercalar de modo a garantir biodiversidade e interação ente às espécies, o que diminui a incidência de pragas e doenças. O uso de plantas como adubação verde é outra estratégia, como, por exemplo, na área de pomares de frutas cítricas, que além da preservação da vegetação espontânea é plantada soja perene para conservação do solo, fixação de nitrogênio e proteção contra pragas. A adubação do solo é realizada com: cobertura morta, cobertura viva e cama de aviário, no entanto, em alguns momentos utilizam adubos químicos solúveis. A opção por adubos químicos solúveis se deve unicamente pela praticidade e facilidade no manejo, o que também está relacionado à questão da mão de obra.

O controle de pragas e doenças é realizado basicamente com manejo do agroecossistema, no entanto utilizam *Bacillus thuringiensis* para controle de lagartas. Afirmaram que têm perdido produção em função de ataques de pulgões, caracóis e traça. Pretendem implantar num futuro próximo o consorciamento das áreas de produção vegetal, principalmente de hortaliças com galinhas caipiras, ainda não fizeram isso porque estão morando longe da área produtiva. O controle de plantas espontâneas é realizado com roçada, capina seletiva, cobertura morta e sombreamento, nos sistemas agroflorestais. Em alguns locais com aração e controle químico para implantação de novas áreas, como já foi comentado.

Outro fator observado é a busca por estratégias para ampliar o período de produção de determinadas culturas, como o caso de plantio de beterrabas e cenouras, para conseguir ter uma produção das mesmas o ano todo, usa-se o plantio com cobertura verde sobre as mesmas, para que o sol e o calor do verão não as prejudiquem. Assim tem uma janela de colheita de beterraba e cenoura muito maior que a maioria dos agricultores convencionais. Os SAFs implantados e em implantação, também devem

ser considerados como uma estratégia importante de conservação da biodiversidade e de busca do equilíbrio ecológico da produção agrícola.

Percebe-se uma diversidade produtiva significativa na propriedade, dentre os produtos comercializados estão: repolho, cenoura, beterraba, espinafre, alface, couve flor, brócolis, cebola, tempero verde, tomate, mandioca; produção de frutas cítricas como laranja, bergamota e limão, banana, pêssego e figo; batata doce, abóbora e morangas. Ainda produzem alguns alimentos para autoconsumo como ovos, galinha caipira, leite, suínos, e outras frutas, inclusive frutas nativas, feijão, milho, produtos processados como chimia, geléias e panificados o qual, ainda se encontra em fase de desenvolvimento, e produção de bananas.

Com relação à diversidade produtiva a família afirmou que não planta mais produtos em função da carência de mão de obra, mas que tem uma série de alimentos que gostariam de cultivar. A família enxerga a entrega de cestas de produtos diretamente aos consumidores como uma alternativa importante e gostariam de ampliar esse mercado, pois o mesmo é mais rentável. Assim, poderiam diminuir o trabalho e cultivar um gama maior de produtos.

A família considera os custos de produção baixos, visto que a maioria dos insumos é produzida na própria propriedade ou são de baixo custo. O maior custo tem sido a aquisição de mudas de hortaliças. Como a propriedade não tem infraestrutura adequada para a produção de mudas e pela falta de mão de obra, compra praticamente toda a demanda, o que pode acarretar em outros problemas, além do custo de produção: mudas produzidas de forma convencional, variedades pouca adaptadas às características ecossistêmicas do local de produção, mudas com problemas fitossanitários.

Embora a produção orgânica seja o horizonte da família, pode-se observar que algumas dificuldades encontradas são determinantes do processo, as duas mais importantes são a falta de mão de obra e de água para irrigação no verão. Essas duas questões são determinantes do uso de intervenções não agroecológicas na propriedade. Outro fator que desestruturou a produção foi à mudança de local da propriedade, pois a família teve que construir uma sede nova, com casa, galpões, estradas, açude e isso demandaram grande parte da mão de obra que seria utilizada no manejo dos sistemas de produção. Afirmaram que agora, com a sede praticamente pronta, será possível realizar os próximos passos na propriedade.

4 | O MERCADO DE CIRCUITO CURTO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: A ENTREGA DE CESTAS DE PRODUTOS DIRETAMENTE AOS CONSUMIDORES COMO ESTRATÉGIA

Na maioria dos casos os produtores de alimentos orgânicos são constituintes da agricultura familiar, onde os mesmos sentem-se diminuídos no mercado competitivo

em relação aos grandes produtores, que tomam o seu espaço desestimulando o desenvolvimento do pequeno agricultor. Isso ocorre devido ao crescimento econômico resultante da produção em grande escala, valorizando a produção das *commodities* que são as responsáveis por sustentar em maior parte a economia do Brasil. Para os autores Niederle, Almeida e Vezzani (2013) a opção pela agricultura industrial tem padronizado a cadeia alimentar e homogeneizado algumas paisagens rurais, e isso tem afetado pequenos agricultores que não podem competir com grandes produtores e importações em grande escala.

É notável que a procura por alimentos orgânicos venha crescendo no país, já que atualmente existem alguns incentivos tanto governamentais quanto não governamentais para a implantação da agricultura orgânica. Segundo um relatório elaborado pelo *Research Institute of Agriculture* (FIBL) e pela *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM) chamado *The World Organic Agriculture*, o Brasil ocupa a 12^a posição dentre os países que dedicam parte de suas áreas agrícolas para a produção orgânica, destinando aproximadamente cerca de 705,233 hectares para o sistema de cultivo agroecológico (FIBL, IFOAM, 2016). O crescimento do consumo de produtos orgânicos está amparado por uma crescente tomada de consciência por parte dos consumidores dos problemas gerados pelo modelo de alimentação industrial. Pode-se afirmar que essa crescente consciência vem sendo amparada: 1- pelos debates de Segurança alimentar e Nutricional (SAN); 2- acerca da saúde ou dos problemas e saúde ocasionadas pela alimentação da atualidade; 3 – problemas ambientais e sociais do modelo de produção agrícola moderno.

Segundo Belik (2012, p. 96), a utilização do conceito moderno de SAN surgiu na “Conferência Internacional sobre Nutrição, realizada em 1992, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU) e que definiu um plano de ação direta para o combate à fome ao redor do mundo”. Segundo o autor, supracitado nos documentos da conferência também se fez presente abordagens sobre a qualidade do alimento e das ligações entre nutrição e desenvolvimento agrícola. Nesse momento, surge, ainda, uma série de autores discutindo o rumo da alimentação mundial e seus efeitos no desenvolvimento social e cultural dos povos, culminando no surgimento de um campo do conhecimento sociológico que discute a alimentação e suas implicações, a Sociologia da Alimentação (MENELL, MURCOTT e OTTERLOO, 1992).

Os problemas de saúde, ocasionados pela alimentação na atualidade, estão relacionados à contaminação por agrotóxicos e outros produtos químicos utilizados na formulação dos alimentos processados e ultraprocessados o que tem sido relacionada a uma série de doenças (MORGAN, 2006; Bianco e Cassiano, 2010); a obesidade cada vez mais crescente no mundo (OLIVEIRA, 2013; WHO, 2013); além disso, é necessário apontar os chamados riscos alimentares, ou seja, alimentos industrializados contaminados e adulterados em massa (GUIVANT, 2002).

Aliadas à questão da saúde, aparecem às questões ambientais e as questões culturais e sociais da alimentação. As questões ambientais se encontram nos efeitos

visíveis do processo de Revolução Verde e tornam-se proposições imperativas para que haja mudanças nos sistemas de produção. Há também a necessidade de desconstruir as desconexões criadas pelo processo de modernização agrícola, em que os alimentos produzidos são descontextualizados, desterritorializados e desconectados dos processos de constituição histórica dos sistemas agrícolas (PETERSEN, 2013). Os sistemas de produção modernos produzem abundância de alimentos e, ao mesmo tempo, intensa degradação e contaminação no meio ambiente devido à atual lógica produtiva, além disso, há uma crescente diminuição da renda agrícola pelo aumento progressivo dos custos dos insumos e/ou aumento da subordinação econômica dos agricultores (WISKERKE, 2009).

Frente a essas problemáticas surge um movimento de contraposição ao atual modelo hegemônico de produção e alimentação. Esse padrão alternativo questiona o modelo alimentar industrial e propõe novas formas de organização de produção, as quais são denominadas de “*Alternative Agro-Food Networks*” (GOODMAN, 2003). O debate a cerca das redes alimentares alternativas tornaram-se uma característica cada vez mais acentuada em debates de desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial e proposição de modelos alimentares diferenciados nos últimos 15 anos (MAYE, 2013). De acordo com Maye (2013) inúmeros estudos evidenciam a emergência de redes de produção e consumo mais aterradas e mais enraizadas em relações de reciprocidade, cultura alimentar, alimentação saudável, o que demonstra uma nova governança de sistemas agroalimentares. Os sistemas alimentares alternativos são baseados em espaços descentralizados, ecologicamente aterrados, e em consonância com as prerrogativas do desenvolvimento territorial e sustentável (McMICHEL, 2009; MORGAN, 2010). Desse modo, criam-se novas convenções de qualidade nas quais os elementos sociais, culturais, territoriais e de saúde compõem um sistema de qualidade, resgatando o conceito de segurança alimentar que havia sido abandonado nas três décadas finais do século XX em consequência do imperativo da quantidade ofertada.

Para Wiskerke (2009) a ligação do alimento com o contexto sociocultural e territorial é essencial para a construção de uma proposta de paradigma alimentar alternativo. Nesse sentido, os mercados de circuitos curtos são os canais estabelecidos para esse modelo alternativo. De acordo com Bava (2014)

Por circuitos curtos entendemos a busca pela aproximação entre os locais de produção e consumo de bens e serviços; a redução da escala das distâncias percorridas pelos produtos a serem transportados; a diminuição da necessidade de uso de redes de transporte, energia e logística; a utilização de mão de obra do território; o financiamento em condições acessíveis aos micro e pequenos empreendedores com novos mecanismos de intermediação financeira; a maior participação dos atores sociais nos processos de decisão política, o maior cuidado com o meio ambiente do lugar em que vivem.

Para Darolt (2013, p. 142) “os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos associada à agroecologia podem ser a chave para conectar produtores e

consumidores de alimentos ecológicos e uma forma de impulsionar o desenvolvimento local”. Darolt (2013) enumera as 11 tipologias de mercados de circuito curto, dentre esses estão venda na propriedade, venda em cestas, feiras de produtores, pontos de venda coletiva, beira de estradas, entre outros. Percebemos que alguns tipos de mercado exigem maior participação e tempo dos consumidores do que outros. Garcia (2003) aponta que a necessidade de se readaptar às novas condições de vida que hoje o mundo vem vivenciando, seja, pela falta de tempo, pelo recurso financeiro escasso, ou, até mesmo pelo local disponível para a alimentação, as pessoas necessitam se adequar. Um dos fatores destacados pela autora, a falta de tempo das famílias e de uma pessoa com tempo livre destinada ao cuidado da compra e do preparo da alimentação levam os consumidores a buscar soluções mais rápidas e prontas, que na maioria dos casos estão nos produtos industrializados.

Apesar da crescente oferta de alternativas alimentares, o consumidor ainda encontra dificuldade em localizar esses produtos, já que a correria do mundo moderno enxuga de maneira exaustiva os seus horários diariamente, impossibilitando os mesmos de realizar semanalmente suas compras nas feiras ou em varejos mais próximos que vendem produtos orgânicos. Pensando na indisponibilidade de tempo dos consumidores e na ideia de fortalecer a relação entre produtor e consumidor, surgem os sistemas de entrega de produtos agroecológicos domiciliar, que consiste na entrega direta do produto do agricultor ao consumidor, ativando uma estratégia de mercado de circuito curto.

As feiras livres são o exemplo mais comum de mercado de circuito curto no Brasil, onde o contato direto entre o produtor e o consumidor pode trazer muitos benefícios para ambas às partes, esse contato vai muito além de apenas a compra das mercadorias. Como abordam os autores Godoy e Anjos (2007), o relacionamento entre produtor e consumidor, além da comercialização, também podem ser traduzidas na troca de experiências e saberes entre o rural e o urbano, em forma de receitas de preparo dos alimentos, informações nutricionais dos produtos e informações sobre as técnicas de produção agroecológicas. De acordo com Maia e Sousa (2016, p. 02) a venda direta a consumidores

é uma prática milenar que foi secundarizada com intensidade a partir do século XX, como consequência do modelo de modernização da agricultura, assim como do processo intensivo de industrialização e especificação agrícola, instituindo a agroindustrialização alimentar.

Como citado anteriormente, a falta de tempo ou a falta de hábito dos consumidores em ir as feiras força os produtores a encontrar outros meios de venda para os seus produtos. Uma das alternativas seria a venda e entrega domiciliar, onde o agricultor teria de montar cestas para a entrega dos produtos de acordo com as necessidades de seus clientes e as entregaria em suas casas.

Em análise das entrevistas para este artigo, ao questionar os participantes

sobre os motivos que os levaram a escolher alimentos orgânicos, percebemos que o que pesou na decisão dos consumidores a aderir à compra desses produtos, foi justamente por demonstrar preocupação com a saúde própria e dos comensais do grupo familiar, além do reconhecimento de estar adquirindo alimentos sem o uso de produtos químicos durante ou após a colheita. Para Niederle, Almeida e Vezzani (2013), graças ao contato direto com o produtor, o consumidor conhece os alimentos que está levando à mesa.

Foi também lembrada à segurança que os consumidores possuem ao saber que estão comprando diretamente do próprio produtor, o qual também realiza a entrega e que essa aproximação reflete em maior segurança, pois as dúvidas ou recomendações podem ser abordadas no momento da entrega. Neste sentido, podemos dizer que além da preocupação por ingerir alimentos mais saudáveis e a praticidade na aquisição dos produtos, os consumidores também zelam pela importância da relação direta entre produtor – consumidor, que acaba trazendo uma maior segurança aos mesmos na hora da compra.

Há também aqueles consumidores que pensam de outra maneira. Um dos entrevistados chamou atenção ao abordar a importância das feiras ao invés da entrega domiciliar, para evitar o comodismo nas grandes cidades. Ele argumenta: *“havendo uma feira você se dispõe a sair um pouco de casa, deixar aquele comodismo de receber as cestinhas prontas, eu acho que isso é uma forma de comodismo, uma forma de acomodar o consumidor”*. Percebe-se que esse consumidor faz uma análise mais crítica, valorizando mais o espaço feira. A feira, por sua característica é um espaço de socialização de trocas mais intensas e significativas, onde os consumidores se relacionam com vários agricultores. Na entrega de cestas, as possibilidades de troca para os consumidores são bem menores.

4.1 A importância do processo de entrega domiciliar de cestas entre o agricultor e consumidor

O mercado de circuito curto em agroecologia, além do comércio, visa também aumentar o contato dos consumidores aos produtores responsáveis pela produção dos alimentos. O simples ato de entrega já é um fato de aproximação, onde o produtor pode ser questionado pelos seus clientes ou até mesmo receber críticas construtivas para melhorar o seu sistema de trabalho, diferente dos supermercados, onde compramos sem saber ao certo quem produziu e sem termos a possibilidade de questionar o produtor sobre suas formas de produção. Outra questão é a qualidade, pois nem sempre os produtos no supermercado apresentam uma boa aparência, devido seu longo tempo de exposição, ao modo como foi produzido e a despreocupação dos donos em ofertar alimentos de maior qualidade e sem agrotóxicos.

No processo de entrega domiciliar através de cestas, realizada pela família

produtora, funciona como um exemplo de mercado de circuito curto, o produtor colhe no dia o que foi produzido, monta as cestas e realiza a entrega no dia posterior. Os produtos, além de frescos, são oriundos de processos de produção mais sustentáveis que alimentos convencionais (NIEDERLE, 2013). Os consumidores têm consciência da qualidade diferenciada dos produtos e possuem confiança, além disso, acreditam estar fortalecendo a agricultura familiar, como afirma um consumidor, que diz que a motivação pelo consumo dos produtos da família foi: *“A busca por alimento sem contaminação por agrotóxicos e pra valorizar a agricultura familiar e os agricultores que fazem dela uma agricultura diferente”*. Uma consumidora afirma que a entrega via cestas: *“facilita a aquisição porque antes eu ia à feira fazer essa compra, então a partir da segurança que o produto é entregue no meu local de trabalho me facilita um monte né. E eu acho isso bem importante, até porque a gente conhece as pessoas que produzem”*.

Outros consumidores afirmaram que consomem os produtos por confiança, por serem de origem rural e os produtos lembrarem essa origem, por buscarem alimentação mais saudável e agroecológica, por necessitarem de alimentos de melhor qualidade em função de problemas de saúde. Percebe-se que todos os consumidores optam pelo consumo de alimentos orgânicos e da agricultura familiar em primeiro lugar por uma questão de saúde, em segundo lugar por uma questão de valorização dos agricultores e em terceiro lugar por buscar reconexão com suas origens. A questão ambiental e de preservação, foi fracamente abordada pelos consumidores.

Para a entrega das cestas montadas pela família, o produtor recebeu o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da cidade de Santa Maria (EMATER). Anteriormente a família realizava feiras e também entregava produtos juntamente a outros produtores para empresas relacionadas a programas do governo como o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A família passou por processos de remodelações, devido à troca de área produtiva e com a assistência técnica surgiu a ideia de realizar a entrega dos alimentos através de cestas em pontos estratégicos, facilitando o agricultor por serem pontos próximos da propriedade e próximos de seus clientes.

As indicações dos produtos da família inicialmente foram feitos pelos assistentes da EMATER envolvidos, e posteriormente foi passado de amigos para conhecidos e também com frequência em ambientes de trabalho. A ideia inicial era de que fosse estipulado um valor para as cestas que seriam entregues semanalmente e dentro desse valor o agricultor montaria as cestas com os produtos disponíveis no momento. O consumidor passaria a receber as cestas fechadas de acordo com o que fosse produzido na propriedade, justamente pela dificuldade do produtor em produzir algumas culturas em determinadas épocas e por questões de sazonalidade de produção. Porém, tem um grupo de consumidores que não aderiu à ideia e optaram pela escolha dos produtos, onde é entregue uma lista do que é cultivado na propriedade e disponível na semana para comercialização e a partir dela são feitas as escolhas. Mais da metade

dos consumidores optam pela seleção de produtos, enquanto os outros preferem comprar o que tem disponível na propriedade semanalmente, assim combinam um valor semanal com o agricultor e esse, dentro desse valor, monta a cesta.

A família afirma que se as cestas fossem entregues conforme a disponibilidade de produtos na propriedade no dia da entrega demandaria muito menos mão de obra e facilitaria o gerenciamento dos sistemas de produção. Sobre a entrega de cestas fechadas, sem a opção de escolha dos produtos semanalmente, os consumidores que optam por essa modalidade ressaltam a possibilidade de variar a alimentação, respeitar os processos produtivos da propriedade e afirmam que o elemento surpresa os obriga a comer alimentos variados. Como afirma uma consumidora: *“Porque a gente tem uma alimentação bem variada, pra mim não importa muito que tipo de produto desde que ele seja variado, que ele seja novo, que ele seja fresco”*. Uma das consumidoras afirma que prefere comprar a cesta sem saber o que vai ter nela, pois assim, se obriga a comer uma variedade maior de alimentos. Afirma: *“Hoje nós comemos espinafre, couve folha, batata doce, que eram alimentos que raramente comíamos. Se eu fosse escolher, nunca escolheria espinafre, por exemplo. Agora a gente sabe fazer espinafre de várias formas.”* A escolha, segundo a consumidora estreita o consumo, pois as pessoas tendem a pedir sempre os mesmos produtos e prejudica o trabalho dos agricultores. É necessário considerar que a propriedade não é um mercado convencional que tem sempre disponível determinados produtos, na verdade os consumidores preferem escolher porque não conseguem se desligar dessa lógica do grande mercado. Outra questão a ser considerada é a sazonalidade dos produtos, nem sempre vai ser possível o agricultor ter disponível todos os produtos da preferência dos consumidores, mas com certeza terá um substituto.

Outro aspecto que a família abordou é que eles enxergam a entrega via cestas com um mercado potencial e emergente, no entanto necessitam de assessoria para organizar o grupo de consumidores e a rota de entregas, pois seria inviável entregar em todas as residências se aumentasse o número de consumidores. Hoje eles entregam em três pontos estratégicos e os consumidores envolvidos em cada ponto se organizam para distribuição. Para os agricultores o ideal é entregar em pontos de referência, onde um ponto atingiria um grupo pequeno de consumidores. Assim facilitaria a entrega e estaria próximo a todos os consumidores. Outra questão importante dos pontos de referência é que não aumentaria o valor dos produtos para os consumidores.

Uma das maiores vantagens dessa entrega domiciliar é o contato direto com o produtor, relação a qual foi enfatizada por todos os entrevistados. O sentimento de admiração e confiança demonstrado pelos consumidores foi visível em todas as entrevistas, como diz uma entrevistada, *“o trabalho deles é uma luta, é remar contra a maré, eles desafiam um processo diferenciado e que a gente percebe como são corajosos e que perseguem aquilo que querem”*.

Percebemos que a entrega de produtos orgânicos em cestas pode ser avaliado através de algumas questões centrais: 1- atinge um grupo de consumidores conscientes

e que buscam alimentos de maior qualidade, mas preferem a comodidade de receber em casa os produtos; 2- a relação entre agricultor e consumidores é baseada na confiança e na troca de saberes; 3 - os consumidores tendem a preferir a escolha de produtos à compra às cegas; 4- seria importante o consumidor acessar espaços de diálogo sobre alimentação, produção orgânica e agricultura familiar, pois se percebe que muitos têm dificuldade de compreender a dinâmica da propriedade e da família, e tendem a querer um atendimento parecido com o encontrado em mercados, principalmente no que tange aos tipos de produtos.

4.2 A certificação dos produtos agroecológicos: uma necessidade sentida?

A preocupação global com os fatores não naturais que alteram os ciclos biológicos e afetam os ecossistemas, não estão ligadas apenas as grandes indústrias de produção de energia e automobilística como se imagina, mas sim na maioria das vezes ligada à agricultura, uma das mais impactantes no mundo pelo uso de insumos químicos que contaminam o solo, os rios e os seres humanos, além de proporcionar o desmatamento.

O crescimento de incentivos governamentais a respeito da produção e consumo sustentável na agricultura é visto em quase todos os países do mundo, e isso decorre das metas articuladas com a Organização das Nações Unidas (ONU) para serem alcançadas até o ano de 2030. Dentro dos 17 acordos apresentados em ordem pela organização, está a busca pela agricultura sustentável ligada ao fim da fome, a qual ocupa o segundo lugar da lista depois da erradicação da pobreza (Agenda 2030 - ONU, 2015).

Nota-se que os sistemas agroecológicos de produção são os melhores para a questão da agricultura sustentável, pois além de levar em conta a preservação e o uso consciente dos recursos naturais, proporciona também a população uma alimentação mais saudável. Essas questões chamam a atenção dos consumidores já que atualmente estão mais preocupados com a saúde e o bem estar, dando origem a um novo tipo de consumidor. Os consumidores “verdes” ou ecologicamente conscientes e responsáveis são definidos ou representados por aqueles indivíduos que buscam para consumo apenas os produtos que não exerçam nenhum prejuízo ao meio ambiente (GRAZIANO; PIZZINATTO; GIULIANI; FARAH; NETO; 2006).

Para garantir a esses consumidores a veracidade de que estão adquirindo produtos sustentáveis, temos o processo de certificação dos alimentos realizado por instituições privadas ou públicas. As certificações ecológicas e orgânicas surgem nos diferentes países de modo a controlar e servir como instrumento de verificação de conformidades ambientais e estão ligadas ao aparecimento da sustentabilidade como preocupação global (NIEDERLE; ALMEIDA; VEZZANI; 2013).

Quando questionamos os consumidores a respeito da necessidade de certificação dos produtos da família, os entrevistados responderam que a primeira questão é a

relação de confiança entre o produtor e o consumidor e que pelo fato de existir confiança para muitos o processo de certificação não interfere. No entanto os consumidores afirmam que se houver a expansão da venda dos produtos o reconhecimento desses alimentos seria fundamental. É válido ressaltar que esse sentimento de confiança é proporcionado pelo mercado de circuito curto de entrega domiciliar, onde há o contato presencial entre o produtor e o consumidor gerando diálogos a respeito da produção dos alimentos. No caso da entrega de cestas da família, há esse contato direto, onde consumidores recebem das mãos do agricultor o seu produto, e tendo assim estabelecida essa confiança, gera um momento de diálogo entre ambos. Em uma das entrevistas, o entrevistado ressaltava a importância desse contato, ele ainda dá ênfase quando diz *“além da entrega da cesta, há estabelecido um grau de confiança e amizade com o agricultor que traz os alimentos que irão alimentar minha família”*.

Está claro que essa relação estabelecida entre os consumidores e a família, se deu por conta de um processo construído, onde inclusive, alguns consumidores foram conhecer a propriedade e se certificaram dos alimentos que estavam recebendo em casa. Um consumidor disse que não conhece a propriedade, mas que quer conhecer logo, pois já são amigos da família e que tem muita curiosidade de saber onde esses moram e cultivam os alimentos. Outro fator fundamental na relação construída foi à indicação do agricultor por parte de consumidores que já conhecem a propriedade, o que reforça a confiança. Ou seja, o contato próximo, dialogado e reflexivo que os mercados de circuito curto conseguem estabelecer.

Os consumidores se certificam de que os produtos são de origem natural ao relatar que os alimentos possuem um sabor diferente do convencional, como relatado em uma entrevista: *“depois que comecei a comprar a cesta da família, voltei a comer beterraba com gosto de beterraba”*. Ela reforçou, assim como a maioria dos consumidores, que o alimento tem outro paladar, que ao *“pegar um produto da cesta vê pela aparência que tem outro jeito, o cheiro, o gosto, tudo é diferente dos alimentos consumidos de grandes mercados”*. E que em relação aos preços o valor pago não é uma quantia discrepante, pois se reconhece que estão pagando por um produto não convencional, destacam na maioria das vezes ser um *“preço justo”* e que às vezes até mais baixo em relação aos valores do mercado, e ressaltam a necessidade de certificação somente em caso de expansão de venda, que seria importante principalmente para aqueles que não conhecem a família.

4.3 A falta e a dificuldade de assistência técnica especializada aos agricultores orgânicos

Embora exista um novo modelo de agricultura sustentável, que ocasiona a produção orgânica que de fato procura não degradar ou alterar os ecossistemas, é notável a falta de profissionais com experiência na área. A agricultura orgânica consiste em um diferente tipo de agricultura deixando de lado o uso de fertilizantes sintéticos,

reguladores de crescimento, agrotóxicos entre outros insumos, assim demandando mais mão de obra e assistência técnica especializada em seu cultivo. Entretanto se deparando com a falta dos mesmos nessa área, sendo que a necessidade é grande de técnicos especializados a dar assistência a pequenos produtores de produção orgânica, tendo muitas pessoas querendo consumir seus produtos e a demanda é grande, como afirmou um extensionista que auxiliou a organização do processo de venda via cestas.

Segundo o extensionista, nem todos os produtores conseguem produzir por falta de técnicos especializados. Para ele: *“Não tem assistência técnica, não existe, 99% dos agentes de desenvolvimento e assistência técnica hoje são formados para vender venenos e insumos, assim os agricultores dependem muito deles (mesmos) para se organizar por conta própria”*. Como aborda Carvalho (2014), a precariedade da assistência técnica recebida pelos produtores, às dificuldades de acesso a financiamento e a pouca divulgação das qualidades da produção orgânica completam o quadro de gargalos econômicos traçado pelos produtores.

Assim, como a dificuldade de produzir é maior e qualquer manejo errado do produtor sem uma orientação causa custos mais altos para esse, diminuindo a produtividade e qualidade dos produtos, é preciso uma orientação especializada para assim poder produzir da melhor forma e mais rentável possível. Portanto a capacitação e apoio técnico à produção são fatores essenciais à diminuição dos custos de produção e melhoria da qualidade dos produtos (CARVALHO, 2014). Balem (2015) identificou que um dos maiores problemas para os agricultores que optam pela produção orgânica ou mais sustentável tem sido a assistência técnica completamente em desacordo com essas premissas de produção. Barbosa e Sousa (2012) também ressaltam que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos produtores nesse mercado é o acesso limitado à assistência técnica. Nesta questão abordada pelo autor fica clara a falta de especializações que se tem na área.

Segundo Sassi e Brandalise (2008) atualmente muitos agricultores não dispõem de assistência técnica e até que estes serviços aconteçam o agricultor não poderia ficar esperando. Uma das formas que os agricultores utilizam sanar o problema da falta de assessoria é a formação de grupos destes produtores, muitas vezes para formação de uma cooperativa descentralizada, administradas por eles mesmos (SASSI e BRANDALISE, 2008). Com esse modelo de organização os agricultores tendem a se responsabilizar pela produção e venda de seus produtos, gerando assim vantagens para os mesmos. No entanto, mesmo com a organização os agricultores necessitam de assessoria técnica, pois como afirma Sumberg e Sabates-Wheeler (2011), os agricultores precisam desenvolver novas habilidades, pois as estratégias e estruturas de realocação da agricultura exigem conhecimentos que esses não dominam ou perderam com o processo de modernização. Em estudo realizado por Balem (2015) percebe-se que a agroecologia é mais complexa e mais difícil para os agricultores, o que exige conhecimentos que eles não dominam.

O trabalho de extensão rural, no caso da família deste ensaio, esteve muito mais relacionado à organização dos consumidores e hoje tem uma ação voltada ao gerenciamento da propriedade. A ação mais voltada à produção e manejo de agroecossistemas é realizada pelo filho, que é Engenheiro Agrônomo. Mas como o extensionista entrevistado ressalta, essa é uma situação exceção e não regra. Para ele existem inúmeros agricultores que poderiam fazer a reconversão dos sistemas de produção e ingressar em mercados de circuitos curtos, melhorando a renda, a qualidade de vida e construindo novas opções de alimentação para os consumidores urbanos, a exemplos das experiências já existentes em Santa Maria. Para isso, seria necessária uma extensão rural mais capacitada para apoiar.

Outro fator que poderia ser trabalhado através da extensão é a melhora da comunicação entre os consumidores e agricultor. Considera-se que uso da tecnologia pode ser um fator fundamental para melhorar a conexão entre agricultor e consumidor, tal ideia que também foi salientada pelos entrevistados, onde foi relatado que através de um aplicativo ou site o produtor poderia disponibilizar os produtos para a venda semanalmente, avisar datas e horários para realizar as encomendas e entregas, facilitando ainda mais este mercado utilizando esses recursos. Em outra visão, para aumentar ainda mais o contato entre produtor e consumidor e, além disso, segurar a confiança poderia ser organizado excursões para os consumidores conhecer a propriedade, tendo maior conhecimento da forma de produção e o histórico de seus produtos antes de chegar até a mesa de suas casas, promovendo uma oportuna interação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A certificação, para o grupo de consumidores atual não representa algo necessário, mas pode ser levado em conta, logo que o agricultor estiver terminado o processo de transição e ter sua produção inteiramente agroecológica, pois poderá expandir as suas vendas e acessar outros mercados. Pode-se concluir que a confiança existente entre os consumidores e a família produtora, é o principal vínculo entre eles, pois a partir dessa confiança existe um relacionamento que sai do convencional onde, por exemplo, em feiras o agricultor vai lá expõe o seu produto e o consumidor chega e compra e vai embora, na entrega domiciliar cria esse vínculo maior de confiança e credibilidade entre consumidor – agricultor. E em todas as entrevistas realizadas, a palavra confiança esteve presente. A força e a vontade da família em vender seus produtos orgânicos e proporcionar uma alimentação saudável e de qualidade aos seus consumidores, mostra uma nova realidade, onde as “comidas rápidas” antes tão no auge estão sendo deixadas de lado por muitas famílias, que se preocupam em mudar seus hábitos e rever seus pensamentos quanto à alimentação.

Percebemos que a entrega de produtos orgânicos em cestas pode ser avaliado

através de algumas questões centrais: 1- atinge um grupo de consumidores conscientes e que buscam alimentos de maior qualidade, mas preferem a comodidade de receber em casa os produtos; 2- a relação entre agricultor e consumidores é baseada na confiança e na troca de saberes; 3 - os consumidores tendem a preferir a escolha de produtos à compra às cegas; 4- seria importante os consumidores acessarem espaços de diálogo sobre alimentação, produção orgânica e agricultura familiar, pois se percebe que muitos têm dificuldade de compreender a dinâmica da propriedade e da família, e tendem a querer um atendimento parecido com o encontrado em mercados, principalmente no que tange aos tipos de produtos.

Concluimos que o processo de venda a partir do mercado de circuito com entrega de cestas apresenta uma suma importância que beneficia tanto o produtor quanto o consumidor. O consumidor que antes não podia ir às feiras por falta de tempo, hoje pode receber seus alimentos em casa. E o agricultor que antes tinha o trabalho de organizar e montar uma feira, no processo de venda tem apenas o trabalho de montar e entregar as cestas para sua clientela fixa.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, P. (ed.) Food for the future: conditions and contradictions of sustainability. California: John Wiley e Sons, Inc., 1993. p. 213-233.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de **alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. *Agriculturas*, v. 10, n. 2, 2013.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- BARBOSA, Wescley de Freitas e SOUSA, Eliane Pinheiro. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. **Revista Economia & Tecnologia (RET)** Volume 8, Número 4, p. 67-74, Out/Dez 2012
- BAVA, Silvio Cassia. Circuitos Curtos de Produção e consumo (2014). In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **Um Campeão Visto de Perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. (Série Democracia). p. 178-187.
- BELIK, W. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, n.19, v.2, p. 94-110, 2012.
- BIANCHINI, Valter; MEDAETS, Jean Pierre Passos. **Da Revolução Verde a Agroecologia: Plano Brasil Agroecológico**. 2013. Disponível em: <http://migre.me/wiPLY>. Acesso em: 12 março 2017.
- BIANCO, André Luiz; Lobo de CASSIANO, Ana Carolina Ribeiro. Superalimentados, mas subnutridos – um diagnóstico do sistema alimentar industrial. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 203-206, 2009
- CARVALHO, René. Desafios para a produção orgânica do ERJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, 2014. p
- COSTABEBER, J. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: BRACAGIOLI NETO,

- A. (Org.). **Sustentabilidade e Cidadania: O papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p. 67-117
- DELGADO, Guilherme C.. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estud. av.** [online]. 2001, vol.15, n.43, pp.157-172.
- FIBL/IFOAM. Research Institute of Organic Agriculture/International Federation of Organic Agriculture Movements. **The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends 2016**.
- FRIEDMANN H. After Midas's Feast: alternative food regimes for the future. In: ALLEN, P. (ed.) **Food for the future: conditions and contradictions of sustainability**. California: John Wiley e Sons, Inc., 1993. p. 213-233.
- GARCIA, R. W. D.. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Rev. Nutr.**, Campinas, n. 16, v. 4, p. 483-492, 2003.
- GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. A importância das feiras livres ecológicas: Um espaço de trocas e saberes da economia local. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.
- GOODMANN, D. The “ Turn Quality” and Alternative Food Practices: Reflections and Agenda. **Journal of Rural Studies**, v.19, n.1, 2003.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. -4. ed.- São Paulo: Atlas, 2008.
- GRAZIANO, G. O.; PIZZINATTO, N. K.; GIULIANI A. C.; FARAH, O. E.; NETO, M. S.. **A certificação de produtos orgânicos no Brasil: um estudo exploratório**. Fortaleza, SOBER, Julho de 2006.
- GUIVANT, J. S. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5. p. 89-99. jan./jun. 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Pesquisa populacional e econômica referente a cidade de Santa Maria – RS: IBGE 2010.
- MAIA, Z. M. G.; SOUSA, C. R. de. Circuito curto e construção social dos mercados: a trajetória dos alimentos dos agricultores e agricultoras familiares da Feira Agroecológica de Mossoró-RN. Disponível em: http://www.redesurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/8_6.pdf. Acesso em: 20 março 2017.
- MAYE, D.. Moving Alternative Food Networks beyond the Niche. **Int. Jrnl. of Soc. of Agr. & Food**, v. 20, n. 3, 2013, pp. 383–389.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L.. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- McMICHAEL, P. A. Food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v.36, n.1, p.139 – 169, 2009.
- MEDEIROS, L. S. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Org.). **Una nueva ruralidad em américa latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / CLACSO, 2001. p. 103-128.
- MENELL, S. MURCOTT, A.; OTTERLOO, A. H. VAN. **The sociology of food: eating, diet and culture**. London: Sage Publications, 1992

- MORGAN, K. School Food and the Public Domain: The Politics of the Public Plate. **The Political Quarterly**, v. 77, n. 3, 2006.
- MORGAN, K.; SONNINO, R. Rethinking School Food: The Power of the Public Plate. IN: STATE OF THE WORLD 2010. **Transforming Cultures: From Consumerism to Sustainability**. New York: London: 2010. p.69-74.
- MORGAN, K. J. Local and Green, Global and Fair: The Ethical Foodscape and the Politics of Care. **Environment and Planning**, v. 42, n. 8, p.1852 – 1867, 2010.
- OLIVEIRA, M. L. de. **Estimativa dos custos da obesidade para o Sistema Único de Saúde do Brasil**. Brasília, 2013. 109 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU): **Agenda 2030**. Edição de 11 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>
- ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R. L. de; FILHO, P. F.; ROCHA, L. T. M. da. **Agricultura Orgânica: Quando o passado é futuro**. Rio de Janeiro: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDS), 2002. Disponível em: <http://migre.me/wiPO9>. Acesso em: 12 março 2017.
- PETERSEN, P. 2013. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Cairós, 2013. p. 69-104
- SASSI, C. R.; BRANDALISE, L. A.. Proposta de política de assistência técnica agrícola: um desafio a técnicos e agricultores. In: **Gestão pública no Paraná**. Curitiba: 2008. p. 419-429. Disponível em: <http://migre.me/wiOQV>. Acesso em: 20 março 2017.
- SUMBERG, J. SABATES-WHEELER, R. Linking agricultural development to school feeding in sub-Saharan Africa: Theoretical perspectives. **Food Policy**, v. 36, p. 341–349, 2011.
- TRUJILLO, F. S. de P. Medioambiente y Agricultura: ¿La Nueva ‘Cuestión Agraria’ del Siglo XXI? (em prensa). España, Córdoba: Departamento de Ciencias Sociales y Humanidades: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, 2004. 17 p.
- WISKERKE, J.S.C. On places lost and places regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. **International Planning Studies**, v. 14, n. 4, p. 369 -387, 2009.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Obesity and overweight**. (Fact sheet nº311, Updated March 2013). Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/>. Acesso em: 02 set. 2013.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-131-2



9 788572 471312